

CAPÍTULO 21

A EJA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMETÁ-PARÁ: UM ESTUDO SOBRE EVASÃO E PERMANÊNCIA

Data de aceite: 01/07/2024

Márcio Vasconcelos da Silva

Mestrando Márcio Vasconcelos da Silva. Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado só Pará- UEPA(2013). Especialização em Fisiologia do Exercício pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI (2021. Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional- UNINTER (2022). Especialização em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci UNIASSELVI (2022). Mestrando no programa de pós graduação em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências Sociais Interamericana- FICS. Professor efetivo – SEMED/CAMETÁ

Mílvio da Silva Ribeiro

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/UFPA. Professor na Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel – FATEFIG, Pedagogo; Geógrafo <https://orcid.org/0000-0002-1118-7152>

RESUMO: A pesquisa aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando sua relevância histórica e os desafios enfrentados ao longo do tempo no

contexto brasileiro. O objetivo é analisar os fatores que influenciam a evasão e a permanência escolar de alunos da EJA na rede municipal de educação de Cametá, Pará. A investigação busca responder à questão central: quais fatores interferem na evasão e na permanência dos jovens e adultos na EJA no município de Cametá” O estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas realizadas com alunos, professores e gestores da EJA no município de Cametá. A análise dos dados foi fundamentada em uma perspectiva crítica, considerando os contextos históricos, sociais e econômicos que moldam a realidade da EJA na região. Os achados da pesquisa evidenciam que a evasão escolar está associada a fatores como dificuldades financeiras, incompatibilidade entre os horários das aulas e as jornadas de trabalho dos alunos, e a falta de políticas públicas eficazes para suporte à modalidade. Por outro lado, a permanência está vinculada ao engajamento de professores, à relevância do conteúdo para o cotidiano dos alunos e ao apoio familiar. Conclui-se que a superação dos desafios da EJA requer políticas públicas consistentes e integradas

nos níveis federal, estadual e municipal, com vistas a garantir subsídios adequados em todas as dimensões do sistema educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar; Educação de Jovens e Adultos; Abandono escolar.

EJA IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF CAMETÁ-PARÁ: A STUDY ON DROPOUT AND PERMANENCE

ABSTRACT: The research addresses Youth and Adult Education (EJA), highlighting its historical relevance and the challenges faced over time in the Brazilian context. The objective is to analyze the factors that influence the dropout and school permanence of EJA students in the municipal education network of Cametá, Pará. The investigation seeks to answer the central question: what factors interfere in the evasion and permanence of young people and adults in EJA in the municipality of Cametá? The study was conducted through a qualitative approach, using field research with semi-structured interviews conducted with students, teachers and managers of EJA in the municipality of Cametá. The data analysis was based on a critical perspective, considering the historical, social and economic contexts that shape the reality of EJA in the region. The findings of the research show that school dropout is associated with factors such as financial difficulties, incompatibility between class schedules and students' working hours, and the lack of effective public policies to support the modality. On the other hand, permanence is linked to the engagement of teachers, the relevance of the content to the students' daily lives and family support. It is concluded that overcoming the challenges of EJA requires consistent and integrated public policies at the federal, state and municipal levels, with a view to ensuring adequate subsidies in all dimensions of the educational system.

KEYWORDS: School Dropout; Youth and Adult Education; Dropout.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação dedica-se a analisar os fatores que influenciam tanto a evasão quanto a permanência dos estudantes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede pública municipal de ensino do município de Cametá, no estado do Pará. A motivação para a realização desta pesquisa reside na necessidade de compreender os principais fatores que levam os alunos a abandonarem os estudos. Identificar a dinâmica em que esse problema ocorre é fundamental para propor ações que possam enfrentá-lo de maneira eficaz, além de definir com maior clareza as responsabilidades das gestões escolares na redução da evasão e na garantia da permanência dos estudantes.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de campo estruturada com abordagem qualitativa. Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas algumas técnicas, tais como: pesquisa bibliográfica, com a utilização de livros e artigos acadêmicos, embasamento em vários autores que tratam sobre a educação de jovens e adultos. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, no qual há um processo investigativo acerca do problema.

Segundo André e Ludke (1996, p.45): “analisar os dados quantitativos significa “trabalhar” todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e demais informações disponíveis”.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a entrevista semiestruturada, que permitiu capturar perspectivas detalhadas e subjetivas dos participantes, e a análise documental, que contribuiu para uma compreensão mais abrangente do contexto investigado. Os resultados do estudo revelaram que a EJA no município de Cametá enfrenta índices alarmantes de evasão escolar. Entre os principais fatores identificados estão: a gravidez precoce, que frequentemente compromete a continuidade educacional; o desemprego, que força muitos estudantes a priorizarem a busca por alternativas de subsistência; e a necessidade de contribuir para a renda familiar, o que frequentemente leva ao abandono dos estudos em prol do trabalho. Diante desses achados, conclui-se que a EJA demanda maior atenção e investimento por parte do Estado, representado pela Secretaria de Educação, para garantir condições que favoreçam a permanência dos educandos em sala de aula até a conclusão de seus estudos. A falta de suporte adequado pode levar a essa modalidade de ensino a ser continuamente marcada por reduzidos índices de frequência e alta evasão, perpetuando prejuízos significativos para a sociedade como um todo. Portanto, torna-se imprescindível que políticas públicas sejam implementadas com foco em assegurar não apenas o acesso à educação, mas também em promover a permanência e o sucesso escolar dos alunos, valorizando a EJA como um instrumento estratégico para o desenvolvimento social e individual.

Os desafios da EJA nas políticas públicas educacionais

A EJA no Brasil tem suas origens históricas em contextos que remontam ao período colonial e que evoluíram ao longo dos anos. Durante o período colonial, a educação formal no Brasil era restrita a uma parcela muito pequena da população, geralmente filhos da elite ou ligados à Igreja. A grande maioria dos brasileiros não tinham acesso à educação formal, resultando em altos índices de analfabetismo. Pesquisas investigativas sobre a origem da Educação de Jovens e Adultos (EJA) indicam que as primeiras práticas educacionais voltadas ao ensino de pessoas jovens e adultas em território brasileiro remontam ao trabalho dos padres jesuítas, iniciado em 1549. Esse marco histórico evidencia o papel central desempenhado pela Companhia de Jesus na introdução de ações educativas no Brasil colonial, cujo principal objetivo era a catequização dos povos indígenas e a disseminação da fé católica. Essas iniciativas, embora rudimentares e voltadas para interesses religiosos e culturais da época, podem ser consideradas como o ponto de partida para a estruturação da educação destinada a esse público no país. (Veigas; Moraes, 2017).

No final do século XIX e início do século XX, emergiram movimentos de educação popular e iniciativas de alfabetização promovidas por diferentes grupos sociais e religiosos.

Esses esforços tinham como principal objetivo democratizar o acesso à educação, alcançando indivíduos que, devido a fatores socioeconômicos, culturais ou estruturais, haviam sido historicamente excluídos da escolarização formal. O chamado Movimento de Educação Popular englobava uma variedade de ações e programas que buscavam proporcionar oportunidades educacionais a populações marginalizadas, oferecendo-lhes acesso ao conhecimento e ferramentas para uma maior integração social. Essas iniciativas marcaram uma importante transformação no cenário educacional, pois se propunham a enfrentar as desigualdades sociais e a garantir que a educação fosse um direito acessível a todos, especialmente àqueles que haviam sido negligenciados pelo sistema formal de ensino.

Trazendo muito forte o respeito pelos direitos do ser humano, as concepções pedagógicas que embasam a filosofia de educação de Paulo Freire estão todas direcionadas para o processo de humanização e transformação, encharcadas de vida e amor pelo ser humano. Seu método de alfabetização de adultos traduzia muito forte a marca do seu compromisso com as camadas populares tão fortemente injustiçadas sobretudo no Nordeste brasileiro. (Freire-Dowbor, 2000, p. 17)

Esses movimentos de educação popular e alfabetização foram frequentemente liderados por grupos sociais e religiosos, além de indivíduos profundamente engajados em questões sociais e educacionais. Reconheciam que a ausência de educação formal estava diretamente relacionada à perpetuação da desigualdade social e à exclusão política, e buscavam empoderar comunidades marginalizadas por meio da alfabetização, da educação cívica e da conscientização sobre seus direitos fundamentais (Veigas; Moraes, 2017).

No início do século XX, várias campanhas de alfabetização foram implementadas em diferentes regiões do Brasil, marcando um esforço nacional para reduzir o analfabetismo. Uma das figuras mais proeminentes desse período foi Paulo Freire, que desenvolveu o método de alfabetização conscientizadora. Essa abordagem inovadora ia além da simples aquisição de habilidades de leitura e escrita, promovendo uma conscientização política e social nos educandos, permitindo-lhes compreender criticamente suas realidades e atuar como agentes transformadores em suas comunidades.

Campanhas de alfabetização, de maneira geral, são esforços concentrados e planejados para ensinar pessoas a ler, escrever e desenvolver habilidades básicas de comunicação. Essas iniciativas, frequentemente direcionadas a grupos que enfrentaram barreiras ao acesso à educação formal, desempenham um papel essencial na redução do analfabetismo. Além disso, ajudam a empoderar indivíduos, ampliando suas oportunidades educacionais e socioeconômicas. Friedrich et al. (2010, p. 397) ressaltam a preocupação com a conscientização do povo brasileiro e a inclusão da população mais pobre em esforços coletivos para a construção do país. Assim, campanhas de alfabetização voltadas à EJA têm como principal objetivo proporcionar habilidades fundamentais de leitura, escrita e cálculo para adultos que não puderam adquiri-las durante sua educação formal, promovendo inclusão social e educacional (Veigas; Moraes, 2017).

O avanço da EJA foi mais evidente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando houve um aumento significativo na demanda por educação formal entre jovens e adultos que não haviam concluído seus estudos. Entretanto, o progresso da modalidade foi fortemente impactado pelo regime da ditadura civil-militar (1964-1985). Durante esse período, qualquer manifestação que fosse percebida como contrária ao governo era severamente reprimida, o que dificultou a consolidação de uma política educacional inclusiva e progressista.

“As discussões sobre o analfabetismo e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil ganharam destaque a partir de 1947 com o lançamento da campanha de Educação de Adultos. Assim, a EJA emerge como tema nacional por meio dessas campanhas de alfabetização” (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001). No entanto, durante o regime militar, as políticas educacionais foram direcionadas majoritariamente para o fortalecimento do setor econômico, relegando a educação a um papel secundário. Isso resultou em retrocessos significativos para a EJA, que passou a ser orientada principalmente para atender às demandas do mercado de trabalho.

A ditadura instaurou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em substituição ao Plano Nacional de Alfabetização (PNA), anteriormente concebido para promover uma educação crítica e transformadora (Nascimento, 2022, p. 5). Embora amplamente divulgado, o Mobral priorizou uma abordagem técnica e instrumental, distante dos princípios educativos defendidos por Paulo Freire, cuja metodologia foi interrompida pelo regime militar. A proposta de Freire, baseada na conscientização dos educandos e na compreensão crítica da realidade, era amplamente aceita pela sociedade devido à sua eficácia e profundidade. No entanto, o autor foi exilado e suas ideias foram censuradas, marcando um período de estagnação para a EJA no Brasil.

Mesmo em meio a essas adversidades, a contribuição de Paulo Freire continua sendo uma referência fundamental para a EJA, inspirando iniciativas que buscam resgatar o potencial transformador dessa modalidade de ensino. No contexto atual, a luta por uma educação inclusiva e emancipadora permanece essencial, tanto para superar os impactos históricos quanto para enfrentar os desafios contemporâneos da exclusão educacional e social.

Os desafios dos Jovens e Adultos Permanecem na EJA

A evasão e o abandono escolar são dois problemas relacionados que afetam o sistema educacional. Eles referem-se ao fenômeno em que os alunos deixam a escola antes de concluírem sua educação formal. A evasão e o abandono escolar são dois problemas significativos que afetam a educação dos jovens e adultos. A evasão e o abandono escolar são preocupantes porque têm implicações significativas para a vida dos alunos e a sociedade como um todo. Desta forma, a superação deste desafio requer reconhecer esses sujeitos como homens e mulheres comprometidos com a construção da sociedade.

Esses educandos não compõem uma classe homogênea com um único objetivo de se constituírem como trabalhadores. Possuem motivadores, para além do trabalho, no retorno à escola e continuidade nos seus estudos. Os sujeitos são integrais, pertencem a uma classe social, uma comunidade, raça, etnia, gênero, espiritualidade, religião, etc. (Nascimento, 2022, p. 16).

Evasão escolar refere-se ao fenômeno em que os alunos matriculados em uma instituição de ensino (como escolas primárias, secundárias ou universidades) param de frequentar as aulas ou abandonam a escola antes de concluir seu programa de estudos. Isso pode ocorrer por várias razões, incluindo problemas familiares, financeiros, sociais ou acadêmicos. (Leonel; Silva; Silva, 2022).

A evasão escolar geralmente se refere ao ato de um aluno faltar às aulas ou deixar a escola temporariamente. Isso pode ocorrer devido a vários motivos, como doença, problemas familiares, falta de interesse na escola ou até mesmo o desejo de buscar trabalho em uma idade jovem. Logo, a evasão escolar geralmente não implica que o aluno tenha abandonado completamente a educação, mas ausente temporariamente.

A EJA traz, em seu contexto, a realidade social do indivíduo como elemento de interferência no processo de ensino aprendizagem. Já avançados na idade, os entraves no cotidiano, como a falta de escolas próximas às suas residências, a falta de tempo para o trabalho, gerando cansaço, e também as práticas pedagógicas fora da realidade dos adultos, são elementos que dificultam o processo de escolarização (Leonel; Silva; Silva, 2022, p. 779).

O abandono escolar é um termo mais amplo e pode incluir não apenas os alunos que param de frequentar a escola (evasão), mas também, aqueles que frequentam a escola irregularmente ou que não completam com sucesso seus estudos, como também, muitas vezes é medido como uma taxa percentual, indicando a proporção de alunos que não obtêm um diploma ou certificado educacional relevante dentro de um determinado período.

Para Nascimento (2022), em muitos casos, a qualidade do ensino oferecido na EJA ainda é inferior ao padrão do ensino regular. Isso pode ser atribuído à falta de formação adequada dos professores, carência de materiais didáticos apropriados e a estrutura precária das escolas. Por conseguinte, a qualidade do ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode variar significativamente dependendo de diversos fatores, incluindo a instituição de ensino, os recursos disponíveis, o comprometimento dos professores e a política educacional do local.

Deve-se mencionar que, a qualidade do ensino na EJA é um desafio em muitos lugares, mas é essencial por proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento aos adultos que desejam retornar à escola, por isso, políticas educacionais voltadas para a EJA e o comprometimento das instituições educacionais podem fazer uma diferença significativa na qualidade do ensino oferecido a esta população. Apesar deste entendimento, a EJA muitas vezes é associada a um ensino de segunda classe, o que pode gerar preconceitos e estigmas em relação aos alunos que optam por esta modalidade.

Partindo das compreensões desenvolvidas ao longo da investigação, entende-se que, a EJA é muitas vezes estigmatizada socialmente, pois é vista como uma opção educacional para aqueles que não conseguiram concluir a educação básica na idade adequada. Isso pode levar a uma visão negativa por parte da sociedade em relação aos alunos da EJA, o que pode afetar sua autoestima e motivação. Paiva e Sales (2013, p.5) dizem que: “o importante, no caso da EJA é ressaltar o pertencimento aos extratos mais empobrecidos da sociedade parece ser uma marca forte na constituição da identidade dos sujeitos da EJA, ou seja, os sujeitos da EJA são os excluídos da sociedade”.

As instituições educacionais que oferecem a EJA podem contribuir para o estigma, se não estiverem adequadamente preparadas para atender às necessidades específicas destes alunos. Falta de recursos, currículos desatualizados ou falta de apoio pedagógico adequado podem dificultar o sucesso dos estudantes da EJA. Muitos alunos desta modalidade de ensino enfrentam desafios socioeconômicos, como empregos de baixa remuneração, falta de acesso a recursos educacionais e moradia precária. Esses fatores adicionais podem aumentar a sensação de estigma e dificultar a conclusão bem-sucedida de seus estudos. “[...] a escola desconsidera o saber do estudante em relação à vivência do mundo e quer apenas aplicar conhecimentos que não condiz com a sua realidade, partindo do pressuposto da alfabetização” (Leonel; Silva; Silva, 2022, p. 786).

Freire (1996, p. 30) destaca que: “[...] ensinar exige respeito aos saberes e cultura dos alfabetizados”, por isso, fortalecer o respeito é fundamental e requer a construção de um currículo da EJA que seja diferenciado, considerando as vivências e necessidades específicas dos alunos, o que nem sempre é efetivamente realizado. A adaptação curricular na EJA é uma prática pedagógica importante que visa atender às necessidades específicas dos alunos que estão retomando seus estudos. Pode-se dizer que, a EJA é uma modalidade de ensino flexível e os alunos muitas vezes têm experiências de vida variadas, níveis diferentes de habilidades e conhecimentos e necessidades educacionais distintas. Portanto, a adaptação curricular é necessária para garantir que a EJA seja eficaz e inclusiva.

Neste cenário, além da adaptação curricular, é importante fornecer apoio psicossocial aos alunos da EJA, pois muitos deles podem enfrentar desafios emocionais e sociais, em consequência, profissionais de orientação e serviços de apoio à saúde mental podem desempenhar um papel fundamental neste aspecto, bem como, a adaptação curricular na EJA garante que todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias individuais, tenham a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades de maneira eficaz e significativa.

Esses educandos não compõem uma classe homogênea com um único objetivo de se constituírem como trabalhadores. Possuem motivadores, para além do trabalho, no retorno à escola e continuidade nos seus estudos. Os sujeitos são integrais, pertencem a uma classe social, uma comunidade, raça, etnia, gênero, espiritualidade, religião etc. (Nascimento, 2022, p. 16).

Os currículos devem ser flexíveis e adaptáveis para atender às diferentes trajetórias de vida e objetivos educacionais dos alunos. Isso pode incluir a oferta de diferentes trilhas ou itinerários de aprendizado que permitam aos alunos escolherem cursos ou módulos relevantes para suas necessidades. Lembrando que, muitos alunos têm experiências de trabalho e vida que podem ser relevantes para seu aprendizado. Logo, a adaptação curricular deve incluir a valorização dessas experiências, permitindo que os alunos apliquem o que já sabem em seu processo de aprendizado.

Sendo válido dizer que, muitos dos alunos que participam da EJA têm responsabilidades variadas, dentre elas, a de sustentar suas famílias, sendo essa, uma necessidade básica e necessária para a sobrevivência, uma vez que, seus tempos precisam estar divididos entre o trabalho e a escola, não sobrando por vezes, dinheiro ou energia para dedicar à educação, por isso, valemo-nos dos autores Pereira e Amorim ao entendermos que:

ao receber esses sujeitos com históricos de muitas situações de exclusão, poderíamos, enquanto escola, propor projetos diversificados e outras ações pedagógicas, em busca de um significado mais consistente para a escola na vida desses jovens e adultos (Santos; Pereira; Amorim, 2018, p. 131).

Alunos muitas vezes precisam de apoio extra de professores e orientadores para superar obstáculos acadêmicos e emocionais, por isso, garantir recursos e oferecer suportes capazes de assegurar esses alunos na escola é primordial, bem como, é importante que os alunos recebam reconhecimento pelo esforço que estão fazendo. Em alguns casos, oferecer incentivos financeiros, como bolsas de estudo ou subsídios, pode motivar os alunos a participarem das aulas. Portanto, estabelecer parcerias com empresas e organizações locais pode criar oportunidades para os alunos da EJA, como estágios, empregos ou programas de treinamento. (Santos; Pereira; Amorim, 2018).

Nesta mesma linha de raciocínio, Freire (1999) menciona que a EJA desempenha papel crucial na promoção da educação e igualdade de oportunidades e os esforços para incentivar a participação e o sucesso dos alunos adultos são essenciais para a sociedade como um todo. Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas públicas que promovam a valorização da EJA, a capacitação adequada dos professores, a criação de currículos flexíveis e a implementação de medidas para combater a evasão escolar.

Uma pedagogia que estrutura seu círculo de cultura como lugar de uma prática livre e crítica não pode ser vista como uma idealização a mais da liberdade. As dimensões do sentido e da prática humana encontram-se solidárias em seus fundamentos. E assim a visão educacional não pode deixar de ser ao mesmo tempo uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se (Freire, 1999, p. 8).

As desigualdades sociais na EJA são reflexas das disparidades socioeconômicas e culturais que existem na sociedade. Ratifica-se que, a EJA é uma modalidade de ensino que visa atender pessoas que não tiveram acesso ou não completaram seus estudos na idade

regular, e muitas vezes, essa falta de acesso à educação está diretamente relacionada às desigualdades sociais, já que, a falta de recursos financeiros pode ser um grande obstáculo para a participação efetiva deste público.

Muitas vezes, os alunos que frequentam a EJA pertencem a grupos étnicos ou culturais minoritários e podem enfrentar desafios adicionais devido às barreiras linguísticas ou culturais. Neste contexto, a falta de materiais educacionais sensíveis à cultura local pode ser um problema capaz de afetar a motivação e o desempenho escolar. Em algumas culturas, as mulheres podem enfrentar barreiras adicionais para frequentar a EJA devido a normas de gênero tradicionais, limitando o acesso à educação. Assim sendo, a falta de educação formal pode restringir as oportunidades de emprego e perpetuar ciclos de pobreza, tornando mais difícil para alguns alunos que frequentam a EJA melhorar suas condições de vida.

Esses jovens e adultos que estão frequentando a escola não estão fora de seu tempo ou desconectados da realidade, eles fazem parte da realidade social, histórica e econômica que lhes cabe e, isto posto, cabe então à escola fazer-se com sentido, fazer-se relevante (Santos; Pereira; Amorim, 2018, p. 131).

Por isto, para combater as desigualdades sociais na EJA, é importante adotar políticas públicas que promovam o acesso equitativo à educação, a melhoria na qualidade do ensino, a sensibilidade cultural e linguística e o apoio financeiro para aqueles que desejam frequentar a EJA, além disso, é necessário conscientizar a sociedade sobre a importância da EJA como instrumento para a inclusão social e o desenvolvimento dos indivíduos na sociedade.

A EJA no município de Cametá

A realidade da EJA no Município de Cametá é caótica, há muita evasão, já que, os alunos se matriculam no início do ano e durante o decorrer do período letivo param de estudar por vários motivos, principalmente, pela vulnerabilidade socioeconômica, visto que, é um público que sofre devido ao desemprego, além de que, muitas mulheres engravidam cedo, por isso, quando surge oportunidade de trabalho, os alunos preferem trabalhar. Essa circunstância é conhecida como: “deserção escolar, fenômeno que expressa o número de educandos e educandas de um grau de ensino, de uma série escolar, que abandonam definitivamente ou temporariamente a escola” (Silva Filho; Araújo, 2017, p. 37).

Para combater a evasão escolar é importante que as escolas e as comunidades adotem estratégias que abordem os problemas sociais, como a oferta de programas de assistência social, apoio psicológico, orientação profissional e incentivos financeiros para famílias de baixa renda, além disso, a criação de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo pode ajudar a manter os alunos motivados e engajados na escola, visto que: “A causa mais real dessa evasão, segundo algumas informações, é a falta de motivação para os estudos –os alunos trabalham e, quando chegam em casa não sentem vontade de ir para a escola” (Alves; Moraes; Nobre, 2019, p. 14)

Com isso, a EJA no Município de Cametá é coordenada de forma a pensar em quais formas podem propiciar meios de suportes aos alunos para que não desistam dos estudos, contrapartida recebem cursos profissionalizantes, para ampliarem seus estudos sem abandonar a EJA. Essa iniciativa ajuda os alunos a conquistarem emprego, já que, são empregados, flexibilizando os estudos, como por exemplo, aos alunos que não podem frequentar as aulas todos os dias possuem a possibilidade de resolver atividades em casa, para que não corresse o risco de perder esse aluno. (Macedo, 2010).

A evasão escolar é um problema complexo que requer esforços coordenados por parte das escolas, comunidades e governos para contribuir na redução da evasão escolar. A estratégia para combater a evasão escolar inclui programas de apoio social, assistência financeira, aconselhamento escolar, educação sobre saúde sexual e reprodutiva, além de esforços para tornar a educação mais relevante e atraente para os alunos. Por conseguinte, garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de concluir sua educação e alcançar seu potencial máximo. (Assis, 2008).

Pode-se dizer que, o maior desafio da EJA seja a redução da evasão escolar mediante reformulações no processo cultural de ensino e aprendizagem, de forma que venham a proporcionar resultados práticos. Para isso, é necessário diálogo entre a coordenação, professores e alunos da EJA, procurando haver melhor interação entre esses componentes no ambiente escolar, pois a educação é desenvolvida coletivamente (Brasil, 1999).

Ao longo dos anos a escola foi tomando o papel de ensinar e formar cidadãos aptos para a vida em sociedade. De acordo com Gomes (1999, p. 22): “a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram”, dando oportunidades para sujeitos sociais de idades diversificadas se relacionarem, trocando experiências entre si e com seus professores (Paiva, 1973). Neste sentido, entende-se a escola como encontro de culturas, valores, diversidade, entre outros, independente de status sociais, condições físicas e mentais, proporcionando igualdade de oportunidades para todos os membros inseridos na educação (Meresman, et al, 2008).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma resposta à necessidade educacional do Brasil de oferecer oportunidades a indivíduos mais vulneráveis ou que não tiveram acesso à alfabetização na idade adequada. Esse programa busca garantir a inclusão dessas pessoas na escola regular da rede pública, possibilitando a conclusão da Educação Básica. Nesse contexto, a EJA se estabelece com a missão de ser uma modalidade de ensino prática e adaptada à realidade dos alunos. Os materiais utilizados em sala de aula devem ser significativos, promovendo o desenvolvimento do senso crítico e permitindo que os educandos contribuam de forma ativa para a sociedade, fortalecendo sua cidadania e autonomia (Santos; Ribeiro, 2024).

Entretanto, é importante destacar que a EJA nem sempre foi priorizada pelas políticas públicas de educação no Brasil. Historicamente, essa modalidade de ensino

frequentemente enfrentou negligência e descaso por parte dos gestores educacionais. No município de Cametá, embora a realidade apresente algumas diferenças em relação a outras localidades do país, como a disponibilização de materiais didáticos específicos, transporte escolar e alimentação de qualidade para os alunos da EJA, ainda persistem desafios significativos. A falta de políticas públicas realmente eficazes continua sendo um obstáculo para garantir a permanência dos estudantes em sala de aula.

E, para que a EJA cumpra plenamente sua função como instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano, é imprescindível que as políticas públicas sejam mais amplas e direcionadas. Essas ações devem incluir medidas de assistência, como bolsas de estudo e programas de incentivo, além de estratégias pedagógicas que valorizem a trajetória de vida dos alunos, promovendo uma educação significativa e transformadora. Somente assim será possível enfrentar os desafios históricos e contemporâneos que limitam o alcance e a eficácia da EJA, assegurando o direito à educação para todos, como fica explícito na fala de um aluno.

Apesar de termos uma escola bonita e bons professores que sempre nós incentivamos para não pararmos, nossa realidade social é muito difícil, muitos de nós trabalhamos o dia todo, chegamos cansados na escola, a vontade de desistir é grande! Mas estamos levando até quando der. Eu particularmente quero muito terminar meus estudos para dar uma vida melhor para minha família (Aluno, 1).

Veiga e Moraes (2017) dizem que, o acesso à educação é um direito de todos, até para os que estão fora da sala de aula. A EJA objetiva facilitar o acesso a estímulos que incentivam as crianças e adolescentes a irem à escola. Sendo que, algumas circunstâncias que, ocasionam a evasão escolar, muitas vezes, vem de dentro de casa, pois, os próprios pais não têm interesse em ajudar, muito menos, estimular os filhos nos estudos. Neste cenário, muitas vezes, os pais desses alunos não tiveram a oportunidade de estudar e acham que o trabalho é mais importante que o estudo, mas sabe-se que sem estudos, nesta sociedade competitiva, não conseguirão ascensão profissional.

Ratifica-se que, a EJA é uma modalidade de ensino de suma importância, criada pelo Governo Federal para atender os sujeitos em situações peculiares, em outras palavras, jovens e adultos que não tiveram oportunidades de estudar na idade certa. Em virtude disso, a EJA antigamente era conhecida como supletivo, no qual, os jovens e adultos podem retomar os estudos, não perdendo o tempo que perderam quando mais jovens, inclusive, por poderem concluir o ensino em menos tempo (Brasil, 1996).

Percebe-se que, nos tempos atuais, com todas as possibilidades ao acesso escolar, a evasão deveria ser inexistente, ao contrário disso, presencia-se que, as escolas são uma das maiores impulsionadoras das irresponsabilidades dos familiares, visto que, muitas vezes na reunião escolar os familiares não aparecem, demonstrando com isso, a não importância quanto ao aprendizado de seus filhos, mediante metodologias diferenciadas por parte dos professores, como fica explícito na fala da professora.

Não é fácil desenvolver a Educação de jovens adultos na zona rural, são alunos muitos dispersos, parece que eles não estão muitos interessados, quando tem reunião para discutir as demandas da realidade da EJA são poucos alunos e pais de alunos que aparecem, quando aparece não falam quase nada, ficam na deles, só nós que falamos e encaminhamos o que é preciso encaminhar (Professora, 2).

Assim sendo, a escola sempre foi um dos principais espaços públicos para os alunos da classe trabalhadora. Os alunos têm nela o mais direto diálogo com uma instituição da sociedade e não só os professores são os responsáveis em garantir que essa oportunidade não os frustre. Em virtude disso, a missão de promover conhecimento, habilidade, integridade, gosto pela cultura, compreensão humana e confiança na vida são algumas das inúmeras responsabilidades da escola, torna-se cada vez mais difícil cumprirem todas as demandas (Vilar; Anjos, 2014).

O abandono escolar pode ser observado com maior intensidade nas classes mais pobres, por advirem de famílias com grau de escolaridade baixa e pouca perspectiva de futuro. Neste cenário, os filhos não encontram motivação para estudar, como cita Gokhale (1980): “a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas também o centro da vida social. A educação bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando adulto”.

Observa-se há muito tempo na escola a preocupação da gestão e dos professores com a evasão escolar e que são vários os motivos que levam/levaram os sujeitos sociais a abandonarem os estudos, podendo ser sociocultural, psicológico, afetivo etc. No passado os motivos eram uns, como: trabalho infantil, distância, família, gênero e até dinheiro, atualmente, observa-se nas escolas que um dos principais motivos pode ser gravidez precoce, falta de perspectiva familiar, motivação por parte da escola e até mesmo *bullying* (Nascimento, 2022).

Um dos papéis desempenhados pela escola é a promoção do desenvolvimento do cidadão na sociedade e plenitude da palavra, responsável por definir que tipo de cidadão deseja- se formar e que mudanças precisam ser feitas para alcançar esse objetivo, apesar de compreender-se que esse motivo não é o único responsável (Gadotti, 1984).

Compreende-se, portanto, que embora a escola não seja a única responsável pelas transformações sociais nem pelas contradições presentes na sociedade, ela desempenha um papel central na construção de uma nova consciência coletiva. Essa consciência pode servir como ponto de partida para superar situações de dominação e avançar na criação de uma nova ordem social mais justa e igualitária. Apesar de não ser a única alavanca da transformação social, é importante reconhecer que essa mudança significativa não poderá ocorrer sem a participação ativa da escola como um espaço de reflexão, aprendizagem e emancipação.

Nesse contexto, é fundamental que a coordenação escolar e os professores se esforcem para compreender as subjetividades dos alunos. Adotar práticas libertadoras no

ambiente escolar é essencial para promover uma educação transformadora. Essas práticas devem ir além do ensino de conteúdos formais, oferecendo ferramentas que capacitem os alunos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e em suas próprias vidas. Uma educação de qualidade, pautada no afeto e no respeito às individualidades, não apenas promove o desenvolvimento acadêmico, mas também fortalece os vínculos dos alunos com o ambiente escolar, contribuindo para sua formação integral como cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Servindo-nos de Freire ao afirmarmos que,

[...] toda prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha, o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites, a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidades jamais como determinação, é subjetivamente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. E o professor por sua vez precisa estar sempre em formação, para junto com as mudanças de geração, de construção familiar e social possa proporcionar este ambiente prazeroso de aprendizagem, onde o aluno é parte primordial nesta construção. (Freire, 2000, p.23).

A EJA pode ser concluída em menos tempo, no modo presencial e/ou a distância, por isso, atualmente há jovens e adultos ainda dispostos a continuarem os estudos, mesmo sabendo que perderam algumas oportunidades, devido às desigualdades e injustiças que persistem na sociedade. À vista disso, compreenda-se que, alguns alunos por mais que não tenham conseguido emprego e se formar no tempo considerado certo, no cenário contemporâneo, possuem oportunidades de prosseguirem os estudos por meio da EJA.

Veigas e Moraes (2017) dizem que, a preocupação com a evasão escolar acontece o ano todo, mudando os motivos de acordo com cada aluno, como exemplo: o trabalho e a distância contribuem para que os alunos evadirem. Sendo válido dizer que, o alto índice de analfabetismo no Brasil repercute nos demais indicadores do desenvolvimento social do país. Dessa maneira, persiste, apesar de todas as políticas públicas existentes para amenizar e contribuir para que os alunos estejam na sala de aula, muitos deles preferem o ócio.

Percebo que a estrutura que nos é oferecida aqui na escola é de primeira qualidade, por exemplo temos merenda escolar boa e transporte, e os professores são excelentes; porém os motivos que fazem nos evadirmos da escola estão além disso, são motivos extraescolar. As vezes surgem oportunidades mais interessantes fora da escola (Aluno, 3).

Lembrando que, sujeitos sociais nunca alfabetizados podem se alfabetizar através da EJA, mostrando-se com isso, a importância da modalidade aos que precisam começar do zero o processo de alfabetização e/ou então como uma garantia futura de emprego. Sendo também um espaço para socializar e melhorar enquanto cidadão, valorizando a autoestima do aluno para que passem a acreditar mais no próprio potencial. Desse modo, o professor tem um papel importante e necessário ao trabalhar na EJA, pois pode estimular os alunos a não desistirem.

Assim sendo, a melhoria das condições de sucesso e permanência dos alunos dependem de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade do ensino: em equipamentos, ampliação de espaços físicos e qualificação permanente dos professores. Entretanto, nada será suficiente se não houver um rigoroso esforço na reconstrução da proposta político-pedagógica da escola, tendo em vista as demandas da educação do jovem e adultos na sociedade (Macedo, 2010).

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2017, p. 63). Dessa forma, a EJA é um campo político complexo que ainda necessita de medidas capazes de posicionar e tratar a educação e camadas populares com a finalidade de superar a exclusão e a discriminação existente na sociedade.

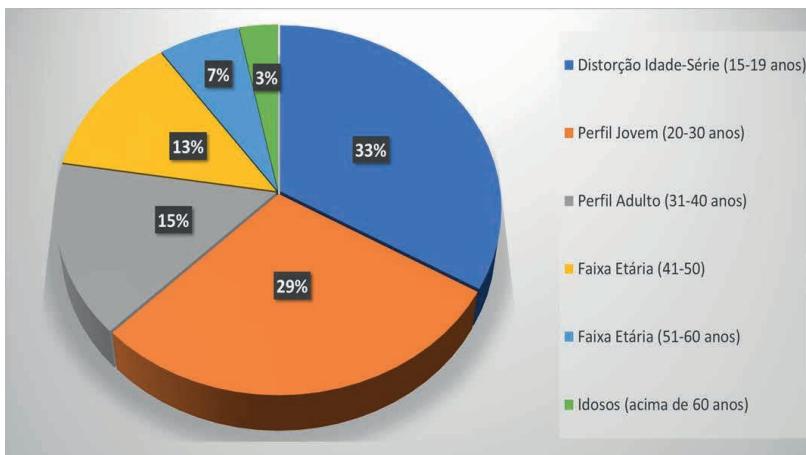
[...] a EJA ganhou força e tornou-se uma política de Estado. O governo brasileiro investe e incentiva essa modalidade educacional como possibilidade de se elevar o índice de ensino da população, principalmente daqueles que, como mencionado, nela não tiveram/tem acesso ou possibilidade de permanência nos estudos. Com isso, é possível verificar, com o passar do tempo, que além de ser uma política educacional a EJA deve ser, principalmente, uma política social. Ela deverá dar condições para que os alunos melhorem suas condições de trabalho, melhorem sua qualidade de vida e com isso sejam respeitados na sociedade (Alves, 2017, p. 12).

Portanto, a modalidade da EJA permanece em um campo “Marginal” ao ser desvalorizada na área da Educação, uma vez que é deixada de lado pelo poder público, sociedade, professores e muitas vezes pelo próprio campo que a compõe.

A evasão e a permanência da EJA na rede municipal de educação de Cametá-PÁ

De acordo com dados da Secretaria de Educação de Cametá, no ano de 2023 foram matriculados na EJA 1.105 alunos, conforme o Gráfico 3. Desse total, foram aprovados 947 alunos; e 158 alunos abandonaram a escola, ou seja, em torno de mais de 14% evadiram. Na Tabela 1 tem-se os dados das matrículas dos alunos da EJA por idade.

Gráfico 1 - Matrícula dos alunos da EJA por idade



Fonte: Autoria própria (2024).

Segundo o que pode ser observado sobre o perfil por idade dos alunos da EJA, no ano de 2023, o público variou entre 15 e 72 anos de idade. Observa-se também que cerca de 1% dos alunos se concentram entre 15 e 19 anos. Esse índice ocorre pelo fator distorção idade e série, que se caracteriza por alunos que não conseguem avançar de ano e acabam permanecendo na mesma série. Outro destaque do gráfico é que, apenas 3% de alunos, considerados idosos, matriculados na EJA, acima de 60 anos de idade. Essas constatações mostram realidades diversas e evidenciam que o público atual da EJA é mais jovem, muito diferente da década de 90, quando a modalidade foi instituída oficialmente nas escolas através da LDB 9394/96.

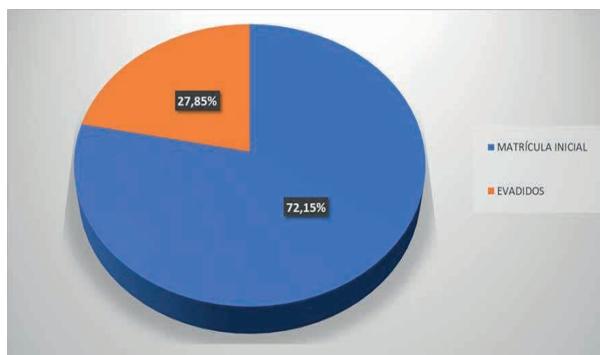
Nesse contexto, consideramos as concepções apresentadas por Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015, p. 23), que destacam: “Na contemporaneidade, são múltiplos e singulares os desafios e vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos jovens, ainda mais quando os consideramos em comparação com outros períodos históricos e pessoas de outros grupos etários.” A juventude é, de fato, uma das etapas mais desafiadoras da vida, marcada por demandas complexas impostas pela sociedade, pela família e, muitas vezes, pelos próprios pares.

Entre os principais desafios enfrentados pelos jovens estão a necessidade de sustentar a si mesmos ou suas famílias, a busca por emprego e a pressão para se adequar às demandas de uma sociedade capitalista. Elementos como o consumismo e a influência das tendências da moda criam exigências que, frequentemente, contribuem para o abandono escolar. Nesse sentido, Arroyo (2006, p. 23) afirma: “[...] os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídos ou dele se evadiram; logo propiciam uma segunda oportunidade.” Essa perspectiva enfatiza a necessidade de políticas inclusivas que considerem a trajetória de vida desses indivíduos.

Os dados revelam que a evasão escolar entre jovens está intrinsecamente ligada às suas condições de existência. Esses sujeitos frequentemente enfrentam dificuldades que vão além do ambiente escolar, necessitando de apoio em diversas áreas, especialmente nos aspectos socioeconômicos. Sem uma rede de suporte adequada, esses educandos frequentemente se sentem marginalizados e desenvolvem a percepção de que a escola não é um espaço acolhedor para eles.

O entendimento das realidades enfrentadas por esses jovens é fundamental para desenvolver estratégias pedagógicas que promovam não apenas o retorno à escola, mas também a permanência e o sucesso no processo educacional. Oferecer uma segunda oportunidade significa também criar condições que transformem a escola em um espaço de pertencimento, aprendizado significativo e inclusão, valorizando as trajetórias de vida dos educandos e suas potencialidades.

Gráfico 2 - Frequência de alunos da EJA evadidos no período de 2022



Fonte: Autoria própria (2024).

A partir da leitura do Gráfico 1 e gráfico 2, pode-se observar que a trajetória dos estudantes da EJA é, geralmente, interrompida e dificilmente encontram-se alunos que nunca descontinuaram seus estudos. Como posto por Andrade (2004, Apud Carmo, 2010), a prática de evadir e retornar à escola é comum aos estudantes da EJA.

Complementando a questão anterior, os alunos foram questionados a respeito da idade que abandonaram a escola pela primeira vez, o índice mais elevado de abandono ocorreu entre 15 e 19 anos, perfazendo um total de 60%. Seguidamente, 24% abandonaram a escola entre 10 e 14 anos; 16% disseram que esse fato ocorreu a partir dos 20 anos e não houve abandono com menos de 10 anos de idade. Observa-se que os participantes não sinalizaram ter abandonado os estudos com menos de 10 anos. Nessa faixa etária, há poucos casos de alunos que abandonam os estudos, exceto em circunstâncias de doenças graves ou mudanças de cidade pela família quando não dá mais para serem matriculados.

À medida que os indivíduos chegam à adolescência, os casos de abandono

começam a elevar. É importante lembrar que, a adolescência é considerada uma fase complexa devido às mudanças físicas e biológicas que costumam alterar o comportamento humano. Por isso, a escola deve estar preparada para atender as demandas desse público, devendo ser um lugar agradável e acolhedor, próximo da realidade do adolescente, pois concorre com os atrativos da sociedade globalizada.

Servindo-nos de Freire, ao enfatizarmos que: “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47), por isso, a escola tende a considerar a juventude como um grupo homogêneo, socialmente vulnerável, desprotegido, sem oportunidades, desinteressado e apático. Desconsidera-se o que é “ser jovem”, inviabilizando a noção do sujeito, perdendo a dimensão do que é a identidade juvenil, a sua diversidade e as diversas desigualdades sociais” (Abramovay; Castro; Waiselfisz, 2015, p. 32).

Ao reconhecer os jovens como sujeitos ativos e criativos, a escola fortalece seu papel como espaço de construção coletiva, onde a diversidade é valorizada e as diferenças culturais se tornam fontes de enriquecimento mútuo. Assim, mais do que um local de transmissão de conhecimento, a escola se consolida como um ambiente de transformação, diálogo e inclusão, capaz de atender às demandas de uma sociedade plural e em constante mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à educação um direito constitucional que ainda precisa ser obrigatoriamente respeitado e priorizado, também é fundamental, possibilitar mecanismos capaz de fazer com que todos participem das discussões de modo consciente, socializando de forma plena e sadia na vida cultural. Assim, contribuindo com o trabalho digno de modo a satisfazer as necessidades básicas, elevando a melhoria das condições da vida diante de uma sociedade sacrificada.

Diante dos resultados, comprehende-se que para os ex-alunos e alunos matriculados na EJA no município de Cametá, a decisão de retomar e/ou continuar os estudos, requer uma decisão de planejamento, com metas definidas desde o início do ano letivo e apoio constante de suas famílias, principalmente, por serem em sua maioria, além de alunos, trabalhadores. Dessa forma, é fundamental que as instituições educacionais não apenas reconheçam, mas também atuem sobre essas questões, promovendo estratégias inclusivas e adaptáveis que atendam às necessidades de seus alunos. Criar um ambiente escolar que valorize a individualidade, desperte o interesse e forneça suporte adequado pode ser um passo crucial para reduzir o abandono escolar e garantir que mais jovens e adultos tenham a oportunidade de concluir seus estudos e alcançar uma formação integral.

O sistema de ensino e as escolas da EJA precisam garantir uma educação de qualidade, por isso, é preciso incluir: aulas, passeios, atividades culturais, palestras

interessantes, pesquisas significativas, acesso às tecnologias e valorização dos conhecimentos acumulados dos alunos, sem deixar de atentar para a possibilidade de reorganização do tempo, de forma que atenda as necessidades dos alunos.

Em suma, pode-se dizer que as problemáticas que mais abalam os rendimentos dos alunos, bem como, a continuação dos estudos, envolve-se numa série de vulnerabilidades sociais: drogas, carência econômica, diferenças culturais, bem como a falta de credibilidade da educação brasileira. Diante disso, é necessário a criação de metodologias que possibilitem alternativas para manter-se com o canal de comunicação sempre aberto entre a escola, comunidade e o poder público.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO M. G; WAISELFISZ J. J. **Juventudes e escolas – modelando o marco compreensivo-reflexivo**. In: _____. Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam? Miriam Abramovay (Coord.), Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015, p. 22-44.

ASSIS, L. M. **Avaliação institucional e prática docente na educação superior**: tensões, mediações e impactos. 2008. 249 f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás. Disponível em: <<https://bit.ly/31NIx5f>>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite do trabalho para a EJA**: Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ALVES, N. C; MORAIS, N. G; NOBRE, R. A. F. **Gestão escolar e evasão na EJA**: identificando as causas e organizando as ações. 2015. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania -EJA) –Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2015.

ALVES, M. C. A. **Educação de Jovens e Adultos: permanência de alunos (as) em São Francisco do Conde-BA**. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILA, 2017.

BRASIL, Brasil: **Alternativas e Protagonistas**. Consulta Popular, 1999.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

_____. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, 2005b.

CARMO, G. T. **O enigma da Educação de Jovens e Adultos**: um estudo das evasões e retornos à escola sob a perspectiva da teoria do reconhecimento social. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Norte do Fluminense. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Campos dos Goytacazes – RJ, 2010.

DI PIERRO, M. C. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação**: Avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010, p. 939- 959.

FREIRE-DOWBOR, F, um precursor. In: *BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Textos do Brasil*, n. 7, mat. 3. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2000, p. 16-17.

FREIRE, P. (1967) **Educação Como Prática da Liberdade**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P, **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. MOVA: **Herdeiro da Educação Popular**. Anais do II Seminário Estadual de Avaliação do MOVA-RS. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, 2003.

LEONEL, R. S; SILVA, A. M. S; SILVA, R. D. M. M. **Uma análise sobre a evasão e permanência do aluno da educação de jovens e adultos -EJA na EMEF. “Dom Clemente Geiger” –Altamira/PÁ, (2011- 2021)**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.05. maio. 2022.

MACEDO, N. N. **Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas**. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

MERESMAN, S; BONATTO, D. A. M; NASCIMENTO, G. F; EDMUNDO, K. M. B. (colaboradoras). Escola para todos. Rio de Janeiro: Cedaps,2008—

NASCIMENTO, C. C. S. **Análise da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos nas políticas educacionais brasileiras**. Jornal de Políticas Educacionais. V. 16, e87074. Novembro de 2022.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola,1973.

SANTOS, J. S; PEREIRA, M. V; AMORIM, A. **Os sujeitos estudantes da EJA: um olhar para a diversidade**. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, v. 01, n. 01, p. 122-135, jan./jun. 2018.

SANTOS, C. E. C. D.; RIBEIRO, Mílvio da Silva. Currículo e formação na Educação de Jovens e Adultos: análise dos avanços, desafios e perfil de alunos. **Revista Ft**, 09–10. 2024. <https://doi.org/10.69849/revisaft/ar10202410272209>

SILVA, F. R. B; ARAÚJO, R M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3jvBUDw>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

VIEGAS, A. C. C; MORAES, M. C, S. **Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil**. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. 1, p. 456-478, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6202781>. Acessado em: 14 de 08 de 24.

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO: Professor Titular C-III vinculado a PROEPE e lotado na Unidade Básica de Humanidades da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (PROEPE/UNIFIMES) e Professor P-V - Padrão “F” da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC). Possui Doutorado em Educação (2023) pela Universidade Luterana do Brasil ULBRA. Também é Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) (2022) pela Universidade do Vale do Taquari UNIVATES e Doutor em Ciências da Religião (2014) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUCGO. Realizou Estágio Pós-doutoral em Educação Superior e Políticas Educacionais (2016) na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra FPCE (supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa) e também fez Estágio Pós-Doutoral em Formação de Professores, Identidade e Gênero pela Escola Superior de Coimbra ESEC Portugal (2022 supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira). Cursou Licenciatura em Pedagogia (ICSH), Matemática (UEG), Filosofia (FBB), Ciências Sociais (Fac. Única) e Bacharelado em Teologia (FATEBOV). Atualmente é professor permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais (PPGEDU-UNIMAIS) e no Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR) do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Ainda, atua como Colaborador (Cooperação/técnica- UNIFIMES-UEMES) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - PPGE-UEMS/Paranaíba - e no Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social - PPGIES (atualmente é colaborador eventual). Bolsista de Pesquisa e Desenvolvimento (PQD- Padrão B, nível 3) da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular Funadesp. Orientou: 1 projeto de Pós-doutorado, 1 tese de doutorado, 20 dissertações de mestrado, 20 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 117 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 8 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso, 1 projeto de iniciação científica e supervisiona 1 projeto de pós-doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC - Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Pesquisador filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) Área: Experiências Tradicionais Religiosas. Membro da Comissão Editorial da editora Publishing (2020-) e Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente me interesso por pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: Argentina, Alemanha, Bolívia, Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

ELISÂNGELA MAURA CATARINO: Pós-doutorado em Educação pela Escola Superior de Educação de Coimbra - ESEC/PT (2017-2019) sob a orientação da Dra. Fátima Neves. Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2020-). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO (2005 - CAPES 5) na Linha de Pesquisa Religião e Movimentos Sociais. Mestra em Teologia com especialização em Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS (2010 - Conceito 5 CAPES). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (2007) e Docência do Ensino Superior pela FAMATEC (2012). Licenciada em Língua Portuguesa e inglesa e suas respectivas licenciaturas, pela Universidade Estadual de Goiás (2004) e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas - ICSH (2003). É servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Goiás - SEDUCE (1999 - Professora P-IV) e da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (2015 - Professora Titular - CII), onde atua como professora na Pós-graduação e nos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Processos Educativos e Inclusão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEPEM/UNIFIMES/CNPq. Professora colaboradora no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente trabalha com as seguintes temáticas: Literatura. Linguagem. Educação e Diversidade e Educação Especial com foco nos surdos.

NADIA BIGARELLA: Possui mestrado em Educação (Conceito 5) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutorado em Educação (Conceito 5) pela Universidade Católica Dom Bosco, Pós-Doutorado pela Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Graduação em Pedagogia - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco. Ligada a linha de pesquisa Política, Gestão e História da Educação e líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GEPASE). Diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), representando o Estado de Mato Grosso do Sul (2019-2021). Diretora da Rede Ibero -Americana de Pesquisa em Política e Gestão da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Atividades de Ensino: Pós-Graduação. Atua principalmente nos seguintes temas: Planos, projetos e programas para a educação básica e educação especial, políticas públicas em educação, gestão educacional e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino. Em maio/2018 assumiu a vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação Em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (2019-2021).

A

- Aneurismas viscerais 158
- Aprendizagem 2, 4, 6, 8, 14, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 60, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 94, 95, 96, 101, 103, 107, 109, 110, 111, 119, 128, 135, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 154, 164, 166, 168, 170, 171, 175, 177, 179, 180, 219, 221, 222, 223, 224, 227, 229, 232
- Aprendizagem socioemocional 221, 224
- Arteriopatias 158, 161
- Avaliação 42, 57, 63, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 95, 103, 104, 110, 111, 113, 115, 152, 179, 223, 227, 228

B

- Brincar 96, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 153

C

- Cariótipos 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52
- Competência social 117
- Conjuntos cromossômicos 43, 46

D

- Deficiência intelectual 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

E

- Educação do campo 7, 8, 9, 11, 16, 17
- Educação emergente 1, 2, 3, 4
- Educação especial 55, 62, 63, 144, 146, 149, 225, 226, 229, 234
- Educação infantil 34, 42, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 114, 116, 152
- Educação Profissional e Tecnológica 164, 167, 179, 180
- Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 67, 68, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110, 112, 114, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 156, 157, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 220, 222, 223, 230, 232, 233, 234
- Ensino de ciências 53, 86, 89, 90, 92, 94, 96

Escola 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 31, 34, 44, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 75, 80, 81, 83, 86, 87, 88, 91, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 134, 135, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 167, 169, 173, 174, 179, 221, 224, 229, 230, 231, 233, 234

Escolarização 132, 138, 142, 150, 151, 152, 153

F

Formação de professores 1, 2, 3, 4, 34, 40, 41, 42, 143, 152, 166

Formação humana 20, 130, 132, 139, 153

Futebol 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

G

Gestão democrática 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 115

Gestão escolar 98, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115

H

Humor 58, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97

I

Inclusão 34, 39, 40, 50, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 86, 95, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 225, 226, 229, 230, 232, 234

Ingresso na universidade 7, 11

Inovação 35, 52, 86, 91, 92, 97, 142, 156

J

Jogos esportivos coletivos 18, 19, 22, 29, 30

L

Letramento digital 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

P

Profissionalidade 163, 164, 166, 170, 177, 179, 180

Protagonismo juvenil 7, 9, 11

R

Recurso didático 43, 45

T

Tecnologia 1, 6, 13, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 52, 65, 73, 85, 89, 92, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 156, 165, 168, 172, 233

ÍNDICE REMISSIVO

- Tecnologia de apoio 141
- Timidez 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129
- Trabalho e extensão 130

EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO

DESAFIOS EMERGENTES 5

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉️ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- FACEBOOK www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO

DESAFIOS EMERGENTES 5

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉️ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- FACEBOOK www.facebook.com/atenaeditora.com.br